

INTRODUÇÃO

Durante mais tempo do que gostaríamos de admitir, este livro foi um projeto inacabado. Estava nos nossos computadores, numa pasta identificada com três letrinhas apenas: «WTF», o acrónimo da expressão inglesa *what the fuck*. A dificuldade de traduzir esta expressão demonstra-se pela facilidade com que foi adotada por cá no original inglês. Não temos uma interjeição que condense de forma tão eficaz essa mistura de espanto, fascínio e gargalhada, ponto de interrogação e de exclamação.

Era esse o material com que queríamos trabalhar: histórias da nossa vida política em democracia que tivessem *fator WTF*. Rocambolescás, implausíveis, patetas, lamentáveis, embaraçosas, cómicas, grandes ou pequenas, impactantes ou ignoradas, mas que fossem capazes de surpreender o leitor, deixá-lo perplexo, arquear-lhe a sobrancelha ou soltar-lhe o riso.

Este é um livro de histórias. Não de História, no singular e com H grande. Mas não se deixe enganar pelo plural nem pela minúscula. A nossa vida, individual e coletiva, é feita de histórias e não há nada de menor nestas, embora boa parte não tenha feito parar o país. Nalguns casos, infelizmente. Com alta probabilidade, já caíram no esquecimento coletivo ou para lá caminham. Mas são histórias que destapam aquilo que fomos e somos enquanto democracia. Que nos expõem a pequenez, o improviso, as vistas curtas, a pompa risível e a circunstância balofa, as contradições, o ridículo e a falta de noção. Pode não ser grandioso, mas é divertido. Ou constrangedor. O nosso propósito foi sobretudo lúdico, mesmo quando escrevemos sobre casos embaraçosos ou lastimáveis. Como filosofou o Miguel Esteves Cardoso, «não há desgraça que não tenha a sua graça».

Meio século depois da revolução que permitiu a democracia, este é um bom momento para fazer um balanço, mas não o encontra aqui. Seria um exercício útil, mas de pouco entretenimento. Não fomos à procura das crises profundas, dos grandes escândalos (nem dos pequenos, na verdade), dos problemas estruturais ou transversais, dos pontos altos ou baixos do regime. Em muitas horas a folhear jornais, recolhemos histórias improváveis, inverossímeis, insólitas, mas nunca insossas. Alguns casos talvez tenham a superior capacidade de deixar o leitor sem saber se deve rir ou chorar. Conhecemos a sensação – aconteceu-nos amiúde.

Isto é Portugal até ao tutano. Porque cada país tem os políticos que lhe calham e os representantes que escolhe. Calharam-nos estes e foram estes que escolhemos. O deputado que rouba os gravadores e foge da entrevista; o ministro que efabula sobre um roubo de material de guerra; o governante que anuncia uma demissão irrevogável e continua no governo; o candidato que recebe milhares de votos estando ligado à máquina; a líder da oposição que suspira por uma suspensão da democracia; o ex-primeiro-ministro suspeito de comprar milhares de livros seus para ter um *bestseller*...

O incrível acontece aos melhores. E aos piores. Nestas páginas encontrará uns e outros. Tentámos não discriminhar: no melhor pano cai a nódoa e quando é para o disparate, ninguém diga que está livre. O único interdito que nos impusemos foi o período que assumidamente decidimos deixar de lado: os dois anos logo após a revolução, quando a arquitetura democrática estava a ganhar forma, o país tateava por onde havia de seguir, e os desfechos podiam ficar muito distantes da democracia liberal. O pós-revolução e o PREC são outra história e davam outro livro. Aliás, já deram vários. Este começa em 1976, na contagem decrescente para as primeiras eleições legislativas e presidenciais. E termina a 25 de abril de 2024, nos 50 anos da Revolução.

Por muito bizarros, extravagantes ou inacreditáveis que pareçam os episódios que aqui contamos, estão documentados e registados. São património nacional, como os políticos que os protagonizaram. São nossos. Isto só neste país.

VERÕES QUENTINHOS

O VERÃO QUENTE ACABOU,
MAS A TEMPERATURA POUCO BAIXOU
(1976-1979)

No longo curso da História, um ano e meio é nada. Foi desse nada que Portugal precisou para construir uma democracia. É depois desse «nada» que começa esta história. O ano de 1976 chega na ressaca do 25 de Novembro, o dia que estabilizou o regime democrático. Depois de um ano e meio de golpes, contragolpes e sobresaltos, Portugal conheceu alguma normalidade. A temperatura política continuou alta, mas não voltou a haver «Verão Quente».

O ano de 1976 foi o das primeiras eleições legislativas, presidenciais, regionais e autárquicas. Se as eleições são a festa da democracia, foi um ano sempre em festa. Eanes foi eleito Presidente da República e o PS de Soares venceu as legislativas. Os Governos Provisórios deram lugar a Governos Constitucionais. Mas a vitória socialista foi curta para garantir a estabilidade ao longo de uma legislatura que, por lei, só podia terminar em 1980. Soares governou sozinho, governou com o CDS, e foi afastado do Governo por Eanes, que experimentou os executivos de iniciativa presidencial – três, todos breves, nenhum memorável.

Estes foram os anos de todos os choques. Os choques políticos entre Presidência, Governo e Parlamento, e entre os fundadores do regime. Os choques entre a legitimidade eleitoral e a legitimidade revolucionária. O choque do início da reversão da reforma agrária e do princípio do fim das nacionalizações. O choque da primeira intervenção do FMI, em 1977, e da segunda crise petroliera, em 1979. Era o tempo em que havia «cada vez mais mês no fim do ordenado». E em que se podia sempre contar com mais uma crise política nos jornais da manhã seguinte. Ou dessa tarde.

O PM QUE TAMBÉM ERA CANDIDATO A PR

José Pinheiro de Azevedo, almirante e primeiro-ministro (PM), nunca tinha feito uma campanha eleitoral. Chegou a chefe do Governo nas contracurvas do PREC, quando Carlos Fabião, indicado para a tarefa, recuou e recusou. Sobre Pinheiro de Azevedo, a sua excentricidade, idiossincrasia e boçalidade precediam-no. Tinha experiência de navegação, mas não em águas políticas. Rapidamente superou essas limitações: em 1975 viu-se sequestrado em São Bento por uma manifestação de operários da construção civil (motivo para o imortal desabafo «fui sequestrado duas vezes, já chega, não gosto de ser sequestrado, é uma coisa que me chateia, pá!»), protagonizou uma semana de greve do próprio Governo e discursou num comício com bombas (felizmente era «só fumaça», e o «povo é sereno»). Entrou em 1976 com estofo de político experimentado e pronto para protagonizar uma das mais insólitas campanhas a que o Portugal democrático assistiu.

Ainda como primeiro-ministro, anunciou a candidatura às primeiras eleições presidenciais, marcadas para junho. O anúncio foi feito, em primeira mão, à *Newsweek*. Mais surpreendente ainda foi a decisão de se manter à frente do Governo enquanto fazia campanha para Presidente da República (PR). Pinheiro de Azevedo explicou que não se demitiria porque «seria muito difícil fazer as eleições [presidenciais] sem uma condução política firme imposta pela necessidade de estar atento às possíveis desestabilizações que se estão a criar»¹.

O facto de ser PM não lhe trouxe benefícios do ponto de vista burocrático (quando se levantaram dúvidas sobre a validade de muitas certidões de cidadãos que apoiavam a sua candidatura disparou em todas as direções, como era seu estilo: «O que é que eu tenho com os erros? É uma infantilidade que, por causa de uma certidão, ou seja lá o que é, um candidato não possa ser candidato! Se quiserem eliminem-me!»)² A evidente incompatibilidade entre a função e a eleição só lhe trouxe dores de cabeça.

À sua maneira, o «almirante sem medo» pegou o touro pelos cornos: «Tenho recebido inúmeros ataques, através dos quais me dizem que, sendo eu o campeão da democracia, estou afinal de

contas fazendo jogo antidemocrático por fazer a minha candidatura enquanto sou, ao mesmo tempo, primeiro-ministro. E eu acho que eles até têm razão porque senão respondia-lhes à minha maneira.»³ O problema nem era que as críticas fossem injustas «Fico um bocado sem saber o que hei de fazer, por isso não lhes respondo nada.» E assim continuou, em campanha à boleia do cargo de PM. Sem apoios partidários, não fazia comícios nem tinha agenda de campanha – em vez disso, desdobrava-se em deslocações oficiais e declarações à imprensa.

A cereja no topo do bolo foi a escolha do mandatário: apesar de a lei ditar a «estrita neutralidade e imparcialidade dos agentes do Estado» nas campanhas eleitorais, o mandatário da candidatura presidencial do primeiro-ministro era nada mais, nada menos do que Pinheiro Farinha. O ministro da Justiça.

MEMÓRIAS DO ARTISTA ENQUANTO JOVEM

Não é todos os dias que o diretor de um jornal entrevista o seu diretor-adjunto. A bizarría só se explica por o entrevistado ser Marcelo Rebelo de Sousa, prodígio rapaz que aos 27 anos reluzia na política e no jornalismo como político-jornalista-comentador-fazedor-de-factos-políticos. O entrevistador era Francisco Pinto Balsemão. A entrevista entre os dois principais responsáveis do *Expresso* foi publicada em março de 1976, no *Jornal da Costa do Sol*, de que Balsemão era proprietário e diretor.

Balsemão assumia a proximidade com Marcelo, com quem convivia «quase todos os dias». «Para além dos laços de amizade que se foram criando e estreitando, é uma pessoa com quem dá gosto trabalhar, não só porque é inteligente e rápido, mas também porque é divertido e generoso. Devo dizer, no entanto, que nem sempre comprehendo os esquemas, as contradições, as ambições de Marcelo Rebelo de Sousa. A entrevista que se segue traduz algumas das minhas interrogações. As respostas são interessantes. Não sei, porém, se me considero totalmente elucidado»⁴, admitiu Balsemão.

A conversa tinha notícia logo no título: «Marcelo Rebelo de Sousa (27 anos): sairá dentro de dois meses o 1.º volume das minhas

“Memórias Políticas”». «Tenciono publicar, dentro de dois ou três meses, o primeiro volume das minhas “memórias políticas”, referente ao período que vai de 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975 e em que vou divulgar alguns aspectos curiosos, quer da minha atividade no *Expresso*, quer da minha atividade política no lançamento do PPD.» Segundo Marcelo, a obra já tinha «algumas partes redigidas». Balsemão, que não sabia do projeto, não resistiu a comentar o óbvio: «É curioso um homem de 27 anos publicar memórias.» Marcelo deu-lhe troco: «Significa que estou numa fase de afastamento da atividade política e de tranquilidade.»

O livro nunca seria publicado – não por falta de empenho do autor, mas por um acaso. A editora era Snu Abecassis, fundadora da Editorial D. Quixote, que o país ficaria a conhecer como companheira do líder do PSD, Francisco Sá Carneiro. O próprio Marcelo recordaria, anos depois, o que se passou. «No início de 1976, Snu aceita e depois empenha-se na ideia da publicação de um primeiro volume de memórias minhas, cobrindo infância, juventude, universidade, aventuras na comunicação social, lançamento do *Expresso* e nascimento do PPD. (...) Escrevi praticamente todo o texto e submeti-lho. Sucederam-se então as sessões na D. Quixote, para apreciação de conteúdo e forma»⁵, e foi então que começaram as dificuldades. Snu mostrava-se estranhamente bem informada sobre as histórias do PSD e «ia mostrando acrescido cuidado na supressão de factos e no burilar da sua apresentação». Marcelo só comprehende porquê no dia em que reconheceu, à margem do seu texto, uma anotação com a caligrafia de Sá Carneiro. Tornou-se evidente que o fundador do PPD tinha acesso ao manuscrito e não queria a publicação daquele livro. Marcelo desistiu. Três décadas depois, confessaria: «A esta distância, tenho dificuldade em compreender essa originalidade de memórias aos 27 anos de idade.»⁶

DEU DOIS COICES NO TELHADO / AI ÉS TÃO LINDA

Como em todo o país, o arranque da democracia foi tumultuoso na Madeira. A distância acrescentou à agitação pós-revolucionária a agitação independentista da FLAMA (Frente de Libertação do

Arquipélago da Madeira), com bombas artesanais, atentados e sequestros visando políticos e jornalistas considerados muito à esquerda. O homem com a missão de pôr ordem no terreno era Carlos Azeredo, tenente-coronel próximo de António de Spínola, enviado para a Madeira em maio de 1974 como governador militar e delegado local da Junta de Salvação Nacional.

A esses cargos, Azeredo juntaria em 1975 o de presidente da Junta de Planeamento, o embrião do futuro Governo Regional. É nessa qualidade que Azeredo conhece um tal Alberto João Jardim – a princípio, um olvidável colunista no jornal *Voz da Madeira*; depois, diretor do *Jornal da Madeira* e protegido do bispo D. Francisco Santana; por fim, líder de facto do PPD-Madeira, partido mais votado a nível regional nas eleições para a Assembleia Constituinte.

É como representante da força partidária mais importante no arquipélago (61,9% nas eleições constituintes) que Jardim se apresenta no gabinete de Azeredo no início de 1976. Está em formação uma nova Junta Governativa e o PPD quer mandar nesse órgão. «Ele veio ter comigo e disse: “Sou eu agora que tenho de mandar, que o PPD ganhou.” E eu respondi-lhe: “Ó meu caro Dr. Alberto João Jardim, eu até sou monárquico, mas enquanto o Presidente da República mantiver em cima dos meus ombros a responsabilidade de governar, eu governo e o senhor leva nas orelhas. Mais nada!”», contaria Azeredo anos mais tarde⁷.

«Levar nas orelhas» não era uma força de expressão. Segundo testemunhas, o brigadeiro virou as costas a Jardim, pôs as mãos no chão, e mandou dois coices para o ar, como se estes acertassem em cheio no jovem Alberto João. Era como se ganhasse vida, no salão do Palácio de São Lourenço, uma versão distópica do sucesso do cantor madeirense Max sobre «A Mula da Cooperativa», que «deu dois coices no telhado / Ai és tão linda»!

Jardim retirou-se, levando consigo as reivindicações e a humilhação. Por sinal, não era uma humilhação nova. Um ano antes, mal Azeredo tomara posse como presidente da Junta de Planeamento, Jardim atacara-o no *Jornal da Madeira*. O militar chamou o jornalista-político à sede do Governo Civil e Militar da Madeira e desancou-o à frente de toda a Junta. O visado começou a chorar, o que aumentou a fúria de Azeredo.

A cena é descrita na biografia não autorizada de Jardim⁸, conforme o relato de quem a viveu: «Você é um cobarde, ainda mais a chorar, que é coisa de menina», disparou Azeredo. «Na minha arma, a Cavalaria, sabe como é que tratamos destes casos?» E sem perder tempo pôs as mãos no chão e atirou dois coices em direção a Jardim. «Quase levei eu um coice», contaria Abel de Freitas, um dos elementos da Junta de Planeamento que assistiram àquela «coisa completamente louca».

O mesmo episódio é contado por Jardim no seu livro de memórias, mas com *nuances*. «Cheguei a ser preso pela Junta de Planeamento algumas horas», relata, sobre a chamada ao Palácio. Nada diz sobre os «coices», mas admite o choro: «Até me vieram lágrimas aos olhos ao ver que, afinal, o 25 de abril trouxera um novo regime policial»... Por fim, «lá me deixaram sair»⁹.

«E agora, ponha-se na rua!», bradou Azeredo, depois dos coices, um ano depois. Na *reprise*, consta que Jardim já não chorou.

ELEIÇÕES EM CONTRARRELÓGIO

A estranha corrida presidencial, em que o primeiro-ministro era candidato a Presidente, foi a segunda campanha de 1976. Antes, houve legislativas. Em fevereiro de 1976, o Conselho da Revolução – instituição constituída por militares que fazia as vezes de Tribunal Constitucional, de órgão de aconselhamento do Presidente da República e de controlo do Governo – recomendou que as primeiras eleições parlamentares se realizassem a 25 de abril, quando a Revolução soprasse duas velas. Tudo muito bonito, muito simbólico e muito à pressa. Faltavam 62 dias para a data das eleições e estavam por resolver alguns, digamos, pormenores.

As legislativas foram marcadas antes de estar aprovada a Constituição. Um detalhe que acarretava um conjunto de problemas. O processo eleitoral foi posto em marcha sem que existisse o órgão a eleger – a Assembleia da República (AR). Nem estava determinado o seu nome: os jornais falavam de Assembleia de Deputados, Assembleia Legislativa e Assembleia da República, mas os pais ainda não tinham escolhido o nome da criança. Não só o órgão a eleger não existia e estava por batizar, como não se sabia qual seria

a sua dimensão – havia acordo de princípio sobre o rácio de eleitores e eleitos (seria um deputado por cada 25 mil eleitores), mas não estavam fechados os detalhes jurídicos, nem o número final de deputados. Para tanto, era preciso que estivesse concluído o recenseamento eleitoral e fechados os respetivos cadernos; nada disso estava feito.

Daqui resultava outro sarilho: sem se saber quantos deputados seriam eleitos, quer no total nacional, quer nos diversos círculos, não era possível saber quantos nomes deveria ter cada lista distrital de candidatos. Não era coisa pouca, pois os partidos tinham exatamente uma semana para apresentar todas as listas. O decreto com a marcação das eleições foi publicado a 26 de fevereiro e a data-limite para a entrega das listas era 6 de março: oito dias para as incipientes máquinas partidárias apresentarem cerca de 500 candidatos, acompanhados de toda a documentação exigida. Sem surpresa, «alguns partidos manifestaram a sua discordância em relação ao tempo disponível para elaborar elencos»¹⁰.

Pelo meio de tantas «aberrações do prazo», como lhes chamou o *Expresso*¹¹, avultava mais uma, sobre quem era ou não elegível. Os constituintes estavam de acordo que a maioridade seria aos 18 anos e que essa seria a idade a partir da qual qualquer cidadão podia ser eleito deputado. Mas havia um senão: a Constituição não estava aprovada quando foram convocadas as eleições legislativas. E a lei eleitoral ainda em vigor colocava a elegibilidade a partir dos 21 anos. Como a lei eleitoral não tinha sido alterada, seria essa fasquia (21 anos), e não a dos 18 anos, a valer para as listas de candidatos. Seria? Ninguém sabia, mas o comboio já estava em andamento: as eleições legislativas seriam a 25 de abril de 1976, desse por onde desse. Assim foi. E foram um sucesso.

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ARLETE!

Arlete Vieira da Silva podia ter sido a primeira mulher a candidatar-se à Presidência da República. Professora do ensino secundário, então com 36 anos, esteve com um pé na corrida para as presidenciais de 1976. Deu entrevistas, fez campanha, foi capa de jornal. Em maio, a pouco mais de um mês do ato eleitoral, marcado para

27 de junho, a sua candidatura foi apresentada com o apoio do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) e da LCI (Liga Comunista Internacionalista), organizações trotskistas com zero peso eleitoral – nas legislativas de 1976, os dois partidos somados pouco passaram dos 21 mil votos a nível nacional e o PRT recebeu o título de partido menos votado (5171 votos).

Arlete, embora fosse uma ilustre desconhecida (já verá quanto), apresentava-se com uma história de militância no PCP, clandestinidade e prisão. A sua biografia, apresentada na conferência de imprensa em que o PRT e a LCI a deram a conhecer ao mundo, era heroica: licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas, militante do PCP desde os 18 anos, ativista da campanha de Humberto Delgado, «clandestina durante três anos, foi presa cinco vezes, totalizando quatro anos de prisão, dos quais mais de três seguidos; na prisão seria objeto da tortura do sono e do espancamento»¹². O *slogan* de campanha era «Arlete – uma mulher, uma trabalhadora, uma revolucionária». Dos três atributos, apenas o facto de ser mulher se revelou indesmentível. O resto da história era, como se diz hoje, «factos alternativos».

O *Diário*, braço do PCP nas bancas, levantou a lebre. Em cima do prazo-limite para a formalização das candidaturas, o jornal chamou a atenção para «uma senhora de cuja existência no país só tinha conhecimento o restrito círculo dos seus familiares e amigos. Quer ser Presidente da República e invoca um *curriculum vitae* que faria dela uma heroína da resistência. Trata-se, pelo visto, de uma pessoa de fértil imaginação, pois não há notícia dos feitos desta émula da padeira de Aljubarrota, nem registo da sua passagem pelas cadeias da PIDE. Terá andado por outros presídios, mas por motivos diferentes e menos honrosos»¹³.

A LCI e o PRT reagiram contra os «boatos e calúnias» publicados pelo jornal afeto ao PCP. Até que perceberam. Na véspera de terminar o prazo para a formalização das candidaturas, a LCI comunicou que retirava o apoio à professora que se dizia «candidata operária» e instava o PRT a fazer o mesmo. Assim foi. «Em virtude de o passado de Arlete Vieira da Silva não corresponder ao que por ela foi relatado, o PRT e a LCI decidiram retirar o seu apoio»¹⁴, noticiou o *Expresso* na semana em que ficaram fechadas as candidaturas a Belém. Foram quatro: Ramalho Eanes, Otelo

Saraiva de Carvalho, Pinheiro de Azevedo e Otávio Pato. Arlete sumiu-se.

Afinal, a «camarada Arlete» era uma vigarista: nunca fora militante do PCP, nunca fizera política na clandestinidade, nunca fora presa pela PIDE – pela PIDE, note-se. «Arlete terá afirmado ter estado presa durante três anos no Forte de Caxias, prisão que não foi possível confirmar em nenhum registo, não existindo contra ela qualquer processo político nos arquivos do Tribunal da Boa Hora.»¹⁵

Quando os partidos que a apoiavam decidiram investigar o seu passado, «ao ser pedido o registo criminal da candidata, este mencionava uma prisão em 1969 que Arlete Vieira terá afirmado ser originada por uma agressão a um agente da PJ, durante o período eleitoral desse ano. Foram então feitas várias diligências junto dos tribunais, tendo-se descoberto a existência de um processo, mas relacionado com a falta de pagamento e desvio de vários eletrodomésticos»¹⁶.

Arlete desapareceu da cena política com a mesma rapidez com que surgiu. O PRT e a LCI sobreviveram, mas com outro nome. Primeiro, juntaram-se com um hífen. Depois, deram lugar ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), cuja estrela era um jovem dirigente da LCI, Francisco Louçã – que seria, anos passados, fundador e líder do Bloco de Esquerda. Está por provar que este percurso tivesse sido possível sem a fugaz existência política da «camarada Arlete dos eletrodomésticos».

O CANDIDATO COM MOVIMENTOS REFLEXOS

A 23 de junho de 1976, quatro dias antes das primeiras eleições presidenciais em democracia, o primeiro-ministro quase morreu. Um dos candidatos às presidenciais também. Ambos eram a mesma pessoa. Voltamos, então, a Pinheiro de Azevedo. O chefe do Governo e aspirante à chefia do Estado teve um grave enfarte do miocárdio que o deixou em coma por várias horas, obrigando à sua substituição na liderança do Executivo.

A função de PM passou para Vasco Almeida e Costa (ministro da Administração Interna); a função de candidato presidencial,

essa, manteve-se em Pinheiro de Azevedo. «A candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo continua em frente. Sem dúvida nenhuma!»¹⁷, garantiu o seu mandatário, Pinheiro Farinha, com a autoridade acrescida de ser simultaneamente ministro da Justiça.

Continuava em frente, nem que fosse porque não havia maneira de a parar, pois a lei não previa a hipótese de um candidato presidencial ficar incapacitado. Como explicou o ministro-mandatário: «Ninguém tem legitimidade para desistir daquela candidatura, visto ser apenas o próprio almirante a poder tomar essa decisão. Para esse efeito, seria ainda necessário que assinasse pela sua mão uma declaração nesse sentido, a qual, por lei, teria que inserir a sua assinatura devidamente reconhecida por um notário»¹⁸. Em qualquer dos casos, era pedir demais ao candidato – nem estava em condições de decidir sobre uma desistência nem, tão pouco, de assinar o que quer que fosse.

Na véspera do ato eleitoral, o almirante já estava consciente e com «movimentos reflexos», adiantou o seu mandatário, como quem o dava apto para ser eleito Presidente da República. E foi assim, internado com prognóstico reservado e ligado a uma máquina de respiração assistida, mas «consciente», com «movimentos reflexos» e «reagindo a estímulos simples», que o «almirante sem medo» disputou as presidenciais. Conquistou 692.147 votos (14,3%), e não impediu a eleição de Ramalho Eanes à primeira volta. Porém, confinado a quatro meses de «repouso total», Pinheiro de Azevedo passou várias semanas na ignorância sobre o resultado do sufrágio. Segundo a sua mulher, para «evitar qualquer emoção que pudesse agravar o seu estado»¹⁹.

O MINISTRO QUE NÃO CONSEGUIA DEMITIR O SECRETÁRIO DE ESTADO

O VI governo provisório, como os seus antecessores, era pouco mais do que uma manta de retalhos que se ia esticando à esquerda e à direita para tentar contentar os partidos (dos grandes, só o CDS não era para ali chamado). Os conflitos entre ministros e dentro dos ministérios eram o pão nosso de cada dia. Um dos mais

insólitos aconteceu entre o ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota (PSD), e o secretário de Estado do Comércio Alimentar, Mário Baptista (PS). Magalhães Mota, um dos três fundadores do PSD, era uma figura política de primeira linha; Mário Baptista era um dos secretários de Estado mais conhecidos do Executivo – tinha a seu cargo assuntos tão relevantes como a distribuição de bacalhau ou a fixação dos preços dos alimentos. Era um choque de titãs à espera de acontecer. E aconteceu.

Na primavera de 1976, quando esse Executivo dava as últimas, Mota reorganizou as secretarias de Estado e as respetivas competências, sem passar cartão ao secretário de Estado do PS. Ao fim de meses de guerrilha interna, o socialista não fez por menos: deu uma entrevista em que acusou o ministro social-democrata de exorbitar das suas funções e querer colocar gente da sua confiança pessoal nos postos-chave do ministério. O ministro, obviamente, demitiu o secretário de Estado. Já o tentara fazer antes, acabando por recuar, mas aquele desafio público era demais.

Porém, não era assim tão fácil um ministro demitir um secretário de Estado num Governo que era uma instável federação de interesses, que estava em fim de mandato e que tinha o primeiro-ministro acamado. Pinheiro de Azevedo convalescia de um enfarte, Mário Soares já fora eleito como futuro primeiro-ministro e a mudança de governo era uma questão de dias. Magalhães Mota bem podia reclamar o despedimento do seu secretário de Estado, mas o Presidente da República, Costa Gomes, não estava pelos ajustes: não haveria remodelações naquela fase do campeonato.

Obrigados a coabitar, ministro e secretário de Estado recorreram às armas possíveis. Magalhães Mota publicou um despacho avocando todos os poderes que havia delegado em Mário Baptista; este, «alegando não ter compreendido o exato alcance do despacho, continuou a exercer as suas funções no gabinete do Terreiro do Paço, sem a mínima perturbação»²⁰. De acordo com a imprensa da época, «esta atitude do Dr. Mário Baptista levou a que o ministro do Comércio Interno se visse na obrigação de lhe fazer chegar o entendimento cabal do seu despacho, que era o de que o secretário de Estado não poderia exercer uma competência objeto de avocação pelo respetivo ministro». Debalde. Mesmo

contra a vontade do ministro, Baptista continuou em funções até ao último dia de vida do VI Governo Provisório.

O DIA EM QUE OS DEPUTADOS SE AUMENTARAM 89%

Uma das prioridades dos parlamentares eleitos em abril de 1976 para a Assembleia da República foi a discussão e aprovação do Estatuto dos Deputados. Que incluía a delicada questão do salário dos representantes do povo.

Em 1975, a retribuição mensal dos deputados havia sido fixada em 10 mil escudos, mais do dobro do salário mínimo nacional de 4 mil escudos (o seu valor relativo mais elevado de sempre). Passado o período da Constituinte, os deputados da I Legislatura fixaram a sua remuneração nos 18 900 escudos mensais, mais dois meses de subsídio. Ou seja, em apenas um ano os deputados aumentaram-se 89%.

O PCP, que votou contra, propunha um aumento mais modesto e mais revolucionário, de «apenas» 50%, para os 15 mil escudos, mas a proposta foi chumbada por PS, PPD e CDS. António Arnaut, que representou os socialistas nesse debate, garantiu que «não é por 3900 escudos que a Revolução fica em perigo»²¹.

O LEITOR DE VILA VIÇOSA QUE PROVOCOU A FÚRIA DE BELÉM

Em abril de 1978 fazia sucesso nos cinemas de Lisboa o filme «Orca – a Fúria dos Mares», já pela oitava semana em cartaz. «Uma luta titânica entre os dois mais temíveis habitantes da Terra: o homem e a orca, a baleia assassina!», prometia o anúncio publicado na edição do dia 7 no *Jornal Novo*. Na página ao lado, no correio dos leitores, o vespertino tinha um texto que provocaria a fúria de Belém, numa «luta titânica» entre dois temíveis protagonistas da política portuguesa pós-25 de Abril: de um lado, o Presidente da República, Ramalho Eanes, e, do outro lado, um adolescente.

«As Três Traições»²² era o título do texto, enviado por um leitor de Vila Viçosa. Mário Soares, Freitas do Amaral e Ramalho Eanes

eram, por esta ordem, os autores das ditas. Soares era então primeiro-ministro, liderando um governo de coligação com o CDS de Freitas do Amaral, e o autor da carta apontava-lhe a «desenfreada ambição do poder, a obsessão de só ele governar e lucrar», e o facto de «não ter competência para exercer o poder». O líder socialista era o primeiro traidor «porque o PS trai tudo e todos» e «porque o PS é corrupção, falhanço, compadrio, vaidade, arrogância, incompetência».

Freitas era o alvo seguinte, por ter sido «uma brilhante esperança» da direita que depois fez um acordo de governo com a esquerda. «Aqui está a traição. Toda esta corrida ao poder se tornou, aos olhos do [sic, com maiúsculas] Povo Português – que reconhecia a inteligência do presidente do CDS – numa fantochada. O Dr. Freitas do Amaral tornou-se vulgar, mediano de Lineu, como a grande maioria dos “políticos” portugueses. Caiu-lhe a capa. Traiu os votantes CDS. Traiu a sua imagem. Traiu-se. Traiu Portugal.»

Por fim, a «terceira traição». «A mais espetacular. A mais frustrante. Inesperada, aqui há dois anos. O traidor: Eanes. O traído: a Nação. O Povo de Portugal. O General, aparentemente tão desarmado, quedou-se, na prática, por uma passividade incomprendível. Eanes, afinal, tem medo. Medo de optar. Medo de agir. (...) Sr. Presidente, o sr. é quem tem mais responsabilidades na perda da democracia. Também o sr. está a demonstrar que é incompetente para exercer o poder. Incapaz.»

A prosa não deixou lastro. Tirando a diretora do *Jornal Novo*, quase ninguém sabia quem era o seu autor. Mas Eanes não gostou de se ver destratado nas páginas de um jornal que tinha um lugar importante na jovem democracia. No *Jornal Novo* fora publicado o Documento dos Nove, que sintetizava o pensamento dos militares moderados do Movimento das Forças Armadas (MFA), liderados por Melo Antunes – a ala do MFA com que Eanes se identificava. Fora dirigido por Artur Portela Filho, depois por Daniel Proença de Carvalho, e em 1978 a diretora era Helena Roseta.

Nessa primavera, Eanes convidou-a, e ao marido, Pedro Roseta, para jantar no Palácio de Belém. Lá chegados, os Rosetas descobriram que havia outro casal nesse restrito convívio: Tita e

Francisco Pinto Balsemão, o fundador e diretor do *Expresso*. Se havia um propósito para aquele encontro com o casal Eanes, os convidados não o conseguiam discernir. A conversa não fluía, algo parecia não bater certo. «Até que, talvez depois de servida a sobre-mesa, percebemos a razão de ser do jantar e da tensão que se sentia no ar», relatou Balsemão décadas mais tarde. «Eanes estava furibundo com a publicação pelo *Jornal Novo*, cuja diretora era Helena Roseta, de uma carta de um leitor que, com todas as letras, lhe chamava traidor. E disse: “A mim, quem me chama traidor, eu não bato nem ponho processos em tribunal. Eu fuzilo!”»²³

«Houve um silêncio glaciar, Helena ainda procurou justificar-se e explicar, mas, perante a irredutibilidade do ofendido Presidente da República, adotou uma estratégia que eu já lhe vira utilizar noutras circunstâncias: mergulhou a cara entre os longos e bonitos cabelos que então usava e começou a chorar.»

Ficou o jantar estragado. Mas nem assim a fúria de Belém se esbateu. Ao contrário do que prometera, Eanes apresentou mesmo queixa contra o atrevido autor da carta. Questionado pelas autoridades sobre se tinha a intenção de ofender o queixoso, o arguido respondeu com um firme «Não respondo». Mas o processo ficou por aí. O Presidente da República deixou cair a queixa porque, do outro lado deste duelo de titãs, estava um rapazito de 15 anos. O «P. Portas» de Vila Viçosa era o filho mais novo do arquiteto Nuno Portas e da economista Helena Sacadura Cabral. O «P.» era de Paulo. E aquele era só o primeiro de muitos textos que haveria de publicar nos jornais.

UM CASO DE VISÃO POLÍTICA

Presidente da Assembleia da República: «Tem a palavra, senhor primeiro-ministro.»

Primeiro-ministro: «Senhor primeiro-ministro...»

Ouviu-se um *bruá* da sala do Plenário. As gargalhadas fizeram Mário Soares aperceber-se da gafe: o primeiro-ministro era ele, e não outro. Soares estava a encerrar o debate do programa do Governo de coligação PS-CDS, em fevereiro de 1978, e parecia mal habituado ao cargo, embora já o desempenhasse há quase

um ano e meio. Com o novo governo só tinha mudado o arranjo da maioria, reforçada pelo apoio dos centristas, mas não o cargo de Soares.

Não foi, todavia, a única gafe nesse discurso. Referindo-se ao governo que então iniciava funções, o II Governo Constitucional, Soares chamou-lhe «II Governo Provisório». «Provisório? Muito bem!», reagiram deputados do PSD. Soares emendou, mas em pouco tempo se soube que o engano fora, afinal, um extraordinário caso de visão política: o II Governo Constitucional caiu ao fim de cinco meses. Era, de facto, provisório.

DA EFEMINIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

A festa de verão do PSD-Madeira é um dos pontos altos da *silly season* portuguesa, prestígio estabelecido nos muitos anos em que Alberto João Jardim e o seu secretário-geral, Jaime Ramos, usaram esse palco para lançar provocações contra «Lisboa». Esse era um teste a que, mais tarde ou mais cedo, eram submetidos todos os



Alberto João Jardim tornou-se uma das figuras mais pitorescas da política portuguesa desde os primeiros anos da democracia. Sá Carneiro foi a primeira vítima do comício anual do PSD-Madeira. © Homem de Gouveia/Lusa